



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR
ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
3º QUADRIMESTRE DE 2021

Janeiro a dezembro

Edson Aparecido dos Santos
Secretário Municipal de Saúde

Luiz Carlos Zamarco
Secretário-adjunto

Armando Luís Palmieri
Chefe de Gabinete

Assessoria Parlamentar e Gestão Participativa
Ivan Cáceres

Equipe Técnica
Andreia Maria de Jesus
Fábio Henrique Salles
Fábio Nascimento
Rosemeire Saraiva de Alencar

Apoio
Alda Pereira de Souza Silva
Domingo Dário Silva de Sá

Secretaria-Executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância em Saúde
Sandra Sabino Fonseca

Secretaria-Executiva de Atenção Hospitalar
Marilande Marcolin

Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias
Benedicto Accacio Borges Neto

Secretaria-Executiva de Gestão Administrativa
Edson Tomaz de Lima Filho

Coordenadoria de Finanças e Orçamento - CFO
Donato José Mellone

Equipe Técnica
Ariovaldo Scola
Cindy de Farias Lacerda Ribeiro
Gilberto de Brito Ferreira
José Cláudio Domingos
Luana Nascimento dos Santos
Pamela Elisa Cano Gualiato
Renato Félix de Oliveira
Sandra Francisca da Silva



Sumário	Página
INTRODUÇÃO	4
RECEITAS, DESPESAS , ANÁLISE E CÁLCULO - LEI COMPLEMENTAR 141/12	5
- Receita - LC 141/2012	6
- Despesa - LC 141/2012	7
- Análise da Aplicação	8
- Cálculo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	9
DESPESAS - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	10
- Despesas por Órgão	11
- Despesas por Fonte	12
- Despesas por Função Saúde	13
- Despesas por Subfunção Saúde	14
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE	15
- Receita - Transferências Voluntárias	16-18
PRINCIPAIS GRUPOS DE DESPESAS	19
- Detalhamento das Despesas	20
- Contrato de Gestão e Convênios (Organizações Sociais)	21
- Prestadores SUS	22-23
AUDITORIA	24
- Auditorias Realizadas	25-32
GLOSSÁRIO	33-40



Introdução

Apresentamos o Relatório Detalhado do Quadrimestre e acompanhamento orçamentário e financeiro:

- Cumprindo a Lei Federal 141/12, § 5º Artigo 36 e atendendo Resolução CNS 459, de 10/10/2012, sites:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm

<https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/conteudo/jljoriPgg54Pi7umoX4gdnoat4pVPeTgW1vSnE7F.pdf>

- Atendendo os Incisos I, II e III do Art. 36 da LC 141/2012:

- Inciso I - montante e fonte dos recursos aplicados no período:

Páginas 5 a 20 deste Relatório;

- Inciso II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações:

páginas 24 a 32 deste Relatório;

- Inciso III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação:

Páginas 21 a 23 deste Relatório, contendo relação dos prestadores de serviços e respectivos recursos financeiros.

Finalmente lembramos também que os Demonstrativos de Receitas e Despesas alterados para 2020 estão em conformidade a MDF 10ª edição, PORTARIA STN Nº 286, DE 7 DE MAIO DE 2019, como evidenciados nos sites:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-286-de-7-de-maio-de-2019-87306776>

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/2020/26-2>



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Demonstrativo de Receitas, Despesas e Análise

3º QUADRIMESTRE DE 2021

Janeiro a dezembro

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS

A receita do Município para apuração da aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) até o 3º Quadrimestre de 2021 foi de R\$ 55.881.622.275 (cinquenta e cinco bilhões, oitocentos e oitenta e um milhões, seiscentos e vinte e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais), representando 111,84% da previsão da receita para 2021 (arrecadação de impostos líquidos e receitas de transferências constitucionais e legais).

Outras receitas adicionais, no valor de R\$ 3.434.650.724 (três bilhões, quatrocentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta mil, setecentos e vinte e quatro reais), complementam o total para financiamento da saúde, conforme demonstrado no quadro abaixo.

RECEITA					
Tabela I - LEI COMPLEMENTAR 141/12 - DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS (RECEITA) - VALORES EM REAIS R\$					
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre de 2021 (b)	% (b/a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre de 2020
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	35.479.978.217	38.963.564.019	43.152.100.650	110,75%	34.847.906.152
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.832.772.495	10.832.772.495	11.411.445.650	105,34%	10.649.035.925
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	782.148.194	782.148.194	1.795.827.967	229,60%	923.617.755
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.327.763.716	3.170.433.011	3.573.177.479	112,70%	2.566.917.769
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	41.874.605	41.874.605	112.400.727	268,42%	33.441.941
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	17.868.895.681	20.509.812.188	21.856.754.399	106,57%	17.217.308.155
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	450.776.746	450.776.746	1.505.705.997	334,02%	636.699.210
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	3.175.746.780	3.175.746.780	2.896.788.431	91,22%	2.820.885.397
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.001.888.331	11.001.888.331	12.729.521.625	115,70%	10.552.436.382
Cota-Parte FPM	309.011.224	309.011.224	393.152.239	127,23%	293.110.831
Cota-Parte ITR	2.912.064	2.912.064	5.388.034	185,02%	2.242.023
Cota-Parte IPVA	2.673.781.418	2.673.781.418	2.892.181.929	108,17%	2.735.016.094
Deduções Cota-Parte IPVA					-1.555.561
Cota-Parte ICMS	7.960.754.195	7.960.754.195	9.368.688.194	117,69%	7.468.082.304
Cota-Parte IPI-Exportação	55.429.430	55.429.430	70.111.229	126,49%	55.540.690,57
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais, desoneração ICMS (LC 87/96)				-	-
Outras					-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	46.481.866.548	49.965.452.350	55.881.622.275	111,84%	45.400.342.534
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre de 2021 (b)	% (b/a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre de 2020
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE	2.847.032.283	3.588.965.158	3.287.053.845	91,59%	4.647.994.480
Proveniente da União - Fundo a Fundo	2.584.796.999	3.119.725.031	3.023.134.823	96,90%	4.501.705.393
Provenientes dos Estados	39.124.080	246.128.923	263.919.022	107,23%	146.289.087
Outras Receitas					
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS					
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	223.111.204	223.111.204	117.751.350	52,78%	172.316.921,35
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.522.132	5.206.018	29.845.529	573,29%	634.551
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.854.554.415	3.594.171.176	3.434.650.724	95,56%	4.820.945.953

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal da Saúde, em fevereiro de 2022

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2022

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS

Empenhadas: somam R\$ 15.671.871.881 (quinze bilhões, seiscentos e setenta e um milhões, oitocentos e setenta e um mil, oitocentos e oitenta e um reais) representando 96,92% da Dotação Orçamentária para 2021, sendo R\$ 11.899.121.093 (onze bilhões, oitocentos e noventa e nove milhões, cento e vinte e um mil, noventa e três reais) em despesas com ações e serviços públicos de saúde, e R\$ 3.772.750.788 (três bilhões, setecentos e setenta e dois milhões, setecentos e cinquenta mil, setecentos e oitenta e oito reais) em despesas não computadas para fins de apuração do percentual mínimo;

Liquidadas: somam R\$ 15.041.065.260 (quinze bilhões, quarenta e um milhões, sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta reais) representando 93,02% da Dotação Orçamentária para 2021, sendo R\$ 11.495.250.500 (onze bilhões, quatrocentos e noventa e cinco milhões, duzentos e cinquenta mil, quinhentos reais) em despesas com ações e serviços públicos de saúde, e R\$ 3.545.814.760 (três bilhões, quinhentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e quatorze mil, setecentos e sessenta reais) em despesas não computadas para fins de apuração do percentual mínimo.

DESPESA										
Tabela II - LEI COMPLEMENTAR 141/12 - DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS (DESPESAS) - VALORES EM REAIS R\$										
Válido a partir do exercício financeiro de 2020 (Portaria STN nº 286 de 07 de maio de 2019)										
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	Até o 3º Quadrimestre de 2021								Até o 3º Quadrimestre de 2020	
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Percentual (d/c)	Liquidadas (e)	Percentual (e/c)	Pagas (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Empenhadas	Liquidadas
ATENÇÃO BÁSICA	4.827.622.098	6.199.560.788	6.098.992.824	98,38%	5.971.621.868	96,32%	5.957.739.775	127.370.956	5.071.687.533	4.971.919.737
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.554.481.606	6.579.602.077	6.275.407.516	95,38%	5.943.148.088	90,33%	5.826.298.148	332.259.427	5.603.074.391	5.182.012.571
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	384.516.011	467.156.354	451.497.429	96,65%	396.401.566	84,85%	393.467.833	55.095.863	404.837.165	326.310.443
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	134.714.265	139.142.305	126.478.207	90,90%	102.304.341	73,52%	102.120.144	24.173.866	97.035.024	72.897.665
OUTRAS SUBFUNÇÕES	2.960.931.517	2.783.742.091	2.719.495.906	97,69%	2.627.589.397	94,39%	2.626.194.340	91.906.509	2.795.236.924	2.732.069.622
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE	12.862.265.497	16.169.203.616	15.671.871.881	96,92%	15.041.065.260	93,02%	14.905.820.241	630.806.622	13.971.871.036	13.285.210.038
DESPESAS COM SAÚDE (não computadas no cálculo do limite mínimo)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Percentual (d/c)	Liquidadas (e)	Percentual (e/c)	Pagas (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Empenhadas	Liquidadas
ATENÇÃO BÁSICA	837.163.637	999.110.469	944.157.391	94,50%	897.718.331	89,85%	890.068.066	46.439.060	1.077.026.373	1.041.104.451
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.898.319.778	2.510.825.909	2.261.787.500	90,08%	2.147.274.120	85,52%	2.071.470.605	114.513.380	2.487.865.578	2.344.610.006
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	72.166.011	172.771.034	157.764.213	91,31%	123.475.350	71,47%	123.027.531	34.288.863	79.699.384	65.395.272
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	101.603.059	107.291.026	109.494.306	102,05%	88.800.421	82,77%	88.622.792	20.693.885	79.680.628	59.614.745
OUTRAS SUBFUNÇÕES	328.302.505	333.967.535	299.547.379	89,69%	288.546.537	86,40%	287.790.153	11.000.842	356.124.788	345.515.524
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	3.237.554.990	4.123.965.973	3.772.750.788	91,48%	3.545.814.760	85,98%	3.460.979.148	226.936.029	4.080.396.751	3.856.239.997
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	9.624.710.507	12.045.237.643	11.899.121.093	98,79%	11.495.250.500	95,43%	11.444.841.093	403.870.593	9.891.474.285	9.428.970.041
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E RANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MÍNIMO CONSTITUCIONAL = 15%			21,29%		20,57%				21,79%	20,77%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2022

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2022

ANÁLISE DA APLICAÇÃO EM AÇÕES DE SAÚDE

Temos no quadro abaixo, o comparativo das despesas e receitas do município em ações e serviços públicos em saúde, referente ao acumulado até o 3º quadrimestre de 2021 e mesmo período de 2020. As despesas empenhadas para 2021 e 2020, representam respectivamente 21,29% e 21,79% e as liquidadas 20,57% e 20,77%.

RECEITAS			Receitas no 3º Quadrimestre de 2021		Receitas no 3º Quadrimestre de 2020
Receitas para Apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	sobre atualizada (%) (b/a)	Realizadas
Receitas de Impostos Líquidas (I)	35.479.978.217	38.963.564.019	43.152.100.650	110,75%	34.847.906.152
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais (II)	11.001.888.331	11.001.888.331	12.729.521.625	115,70%	10.552.436.382
Total das Receitas para apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (III) = I + II	46.481.866.548	49.965.452.350	55.881.622.275	111,84%	45.400.342.534

DESPESAS			Despesas no 3º Quadrimestre de 2021				Despesas no 3º Quadrimestre de 2020	
Despesas com Saúde	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Liquidadas (e)	sobre atualizada (%)		Empenhadas	Liquidadas
					(d/c)	(e/c)		
Despesas Correntes	12.449.729.240	15.647.638.368	15.367.758.356	14.797.464.300	98,21%	94,57%	13.721.677.674	13.078.067.895
Despesas de Capital	412.536.257	521.565.247	304.113.525	243.600.960	58,31%	46,71%	250.193.362	207.142.143
Total das Despesas com Saúde (IV)	12.862.265.497	16.169.203.616	15.671.871.881	15.041.065.260	96,92%	93,02%	13.971.871.036	13.285.210.038
Total das Despesas com Saúde não Computadas para Apuração do Percentual Mínimo (V)	3.237.554.990	4.123.965.973	3.772.750.788	3.545.814.760	24,07%	23,57%	4.080.396.751	3.856.239.997
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (VI) = (IV - V)	9.624.710.507	12.045.237.643	11.899.121.093	11.495.250.500	Valor referente à diferença entre o valor empenhado e o Limite Mínimo Constitucional de 15% R\$ 3.516.877.752		9.891.474.285	9.428.970.040
Percentual de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) sobre Total das Receitas Realizadas *			21,29%	20,57%			21,79%	20,77%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2022

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2022

Cálculo do Percentual de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

O cálculo do Percentual ASPS é obtido pelas fórmulas a seguir, sendo exigido o percentual com despesa liquidada para o 1º e 2º Quadrimestre e despesa empenhada para o 3º Quadrimestre:

	despesa empenhada	11.899.121.093		
Percentual de aplicação mínimo em ASPS - LC 141/12	=	-----	=	-----
	receita realizadade	55.881.622.275		= 21,29%

	despesa liquidada	11.495.250.500		
Percentual de aplicação mínimo em ASPS - LC 141/12	=	-----	=	-----
	receita realizadade	55.881.622.275		= 20,57%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2022
Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2022



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Demonstrativo das Despesas:
por Órgão, Fonte, Função e Subfunção

3º QUADRIMESTRE DE 2021

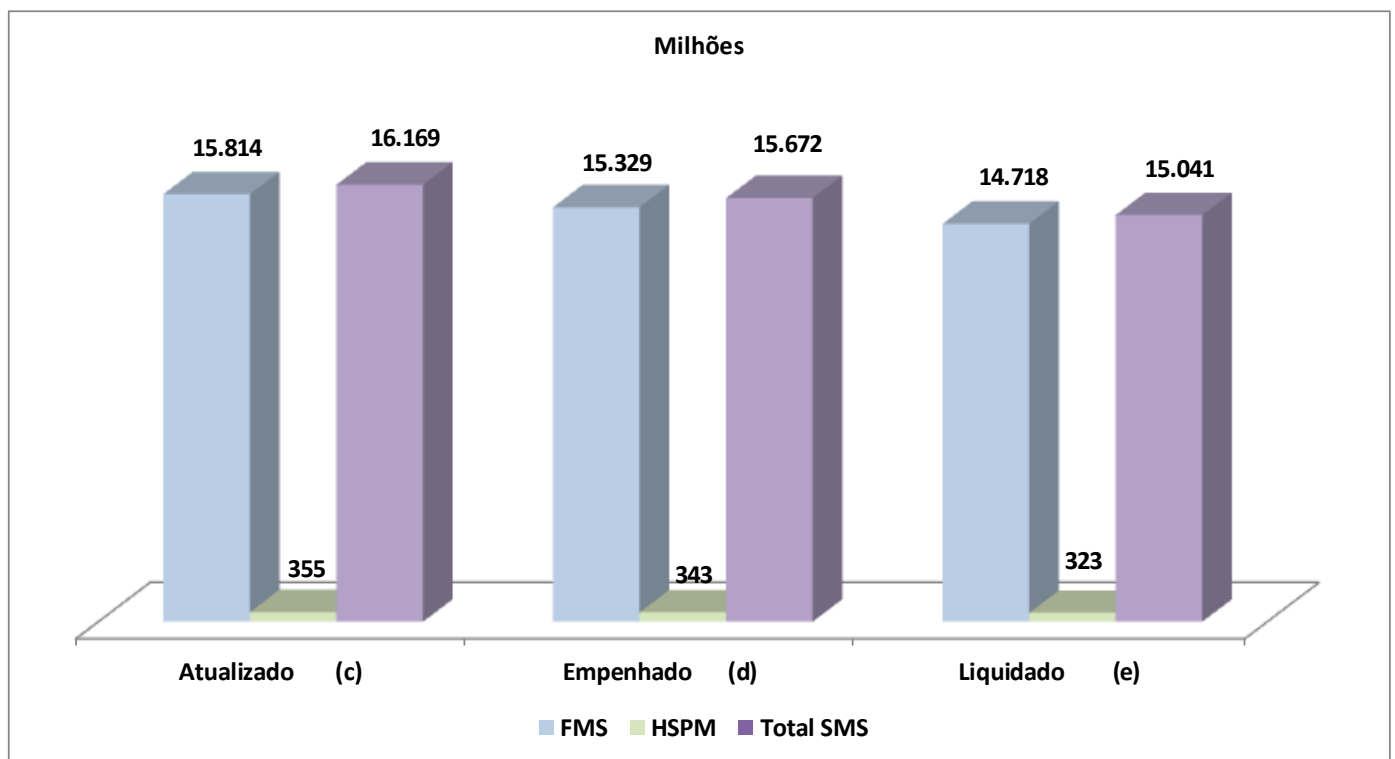
Janeiro a dezembro

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE
Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre 2021

Despesas por Órgão, valores em R\$

Órgão	Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	(d/c)	Congelado
FMS	12.522.469.148	15.814.086.480	15.328.600.798	14.717.645.597	14.584.337.665	96,93%	54.042.659
HSPM	339.796.349	355.117.136	343.271.083	323.419.663	321.482.575	96,66%	5.000
Total SMS	12.862.265.497	16.169.203.616	15.671.871.881	15.041.065.260	14.905.820.241	96,92%	54.047.659



FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2022

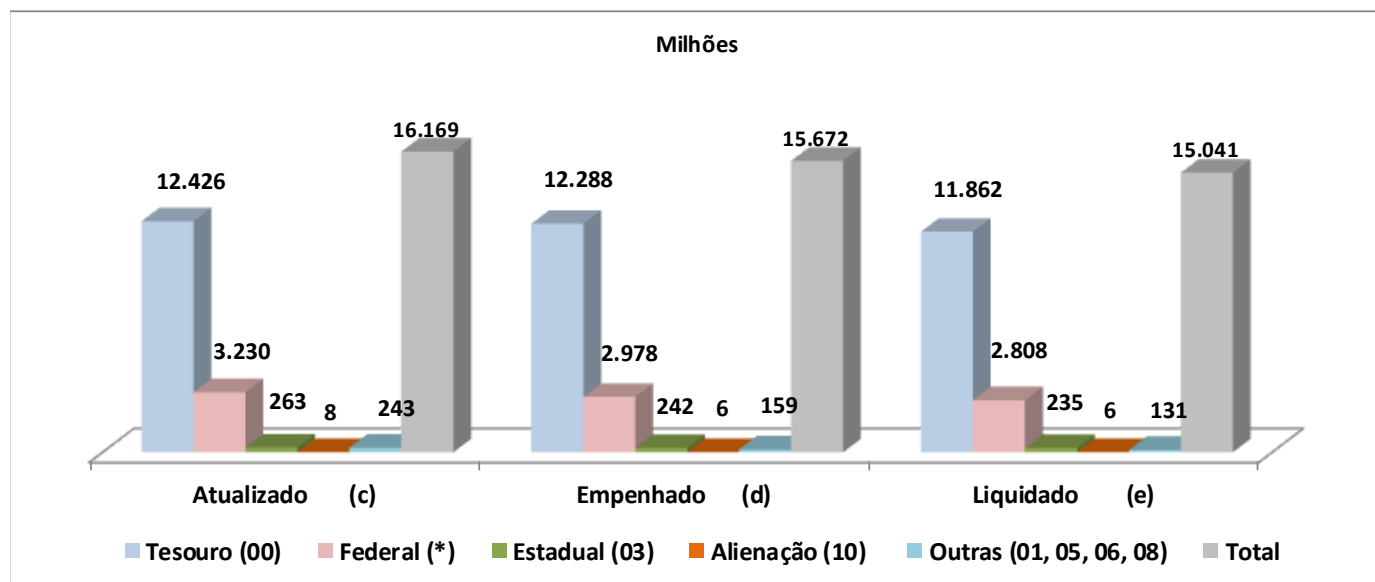
Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2022

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE
Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre 2021

Despesas por Fonte, valores em R\$

Fonte	Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	d/total d	Congelado
Tesouro (00)	9.996.658.878	12.426.162.479	12.287.539.954	11.862.125.156	11.809.995.248	78,41%	4.563.000
Federal (*)	2.586.967.007	3.229.702.859	2.977.872.402	2.807.646.151	2.725.589.728	19,00%	47.473.659
Estadual (03)	39.109.800	262.633.262	242.327.844	234.592.125	234.311.497	1,55%	0
Alienação (10)	2.010.000	7.766.892	5.571.910	5.571.910	5.571.910	0,04%	2.010.000
Outras (01, 05, 06, 08)	237.519.812	242.938.124	158.559.772	131.129.919	130.351.858	1,01%	1.000
Total	12.862.265.497	16.169.203.616	15.671.871.881	15.041.065.260	14.905.820.241	100,00%	54.047.659



(*) despesas federais empenhadas referentes às seguintes fontes e valores:

- fonte 02 =	-	Transferências Federais	2.415.432.780
- fonte 21 =	COVID	Transf. Fed.: Custeio COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde	556.215.297
- fonte 22 =	COVID	Transf. Fed.: Invest. COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde	6.042.888
- fonte 24 =	COVID	Transf. Fed.: Invest. COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde	181.437
			2.977.872.402

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2022

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2022

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - Função Saúde - em R\$								
3º Quadrimestre 2021								
Unidade Orçamentária (código e descrição)		Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (d)	Pago (f)	(d/c)	Congelado
84.10	Fundo Municipal da Saúde - Gabinete	12.127.518.744	15.438.609.147	14.971.035.679	14.421.562.319	14.290.525.632	96,97%	54.042.659
84.21	Hospital Cachoeirinha	35.040.571	35.070.571	33.558.428	29.098.356	28.241.909	95,69%	-
84.22	Coord. de Vigilância em Saúde	35.743.456	33.440.385	28.108.983	21.298.457	21.292.117	84,06%	-
84.23	Coord. Regional de Saúde Norte	54.122.354	54.122.354	51.631.131	39.551.830	39.528.543	95,40%	-
84.24	Coord. Regional de Saúde Sul	90.291.121	90.291.121	88.578.376	79.109.674	78.742.070	98,10%	-
84.25	Coord. Regional de Saúde Sudeste	71.295.303	69.355.303	66.821.679	57.352.143	57.197.291	96,35%	-
84.26	Coord. Regional de Saúde Leste	62.569.628	55.479.628	55.128.353	41.446.448	41.142.689	99,37%	-
84.27	Coord. Regional de Saúde Oeste	35.083.260	26.913.260	24.480.060	20.107.365	19.749.741	90,96%	-
84.28	Coord. Regional de Saúde Centro	10.804.711	10.804.711	9.258.109	8.119.004	7.917.674	85,69%	-
TOTAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA		12.522.469.148	15.814.086.480	15.328.600.798	14.717.645.597	14.584.337.665	96,93%	54.042.659
02.10	Hosp. Servidor Público Municipal	339.796.349	355.117.136	343.271.083	323.419.663	321.482.575	96,66%	5.000
TOTAL ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		339.796.349	355.117.136	343.271.083	323.419.663	321.482.575	96,66%	5.000
TOTAL ORÇAMENTO FUNÇÃO SAÚDE		12.862.265.497	16.169.203.616	15.671.871.881	15.041.065.260	14.905.820.241	96,92%	54.047.659

Fonte: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2022

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - Subfunção Saúde - em R\$										
3º Quadrimestre 2021										
Subfunção Saúde (código e descrição)		Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	(d/c)	(d/total d)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	
									(g) = (d) - (e)	(g/total d)
301	Atenção Básica	4.827.622.098	6.199.560.788	6.098.992.824	5.971.621.868	5.957.739.775	98,38%	38,92%	127.370.956	0,81%
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.554.481.606	6.579.602.077	6.275.407.516	5.943.148.088	5.826.298.148	95,38%	40,04%	332.259.427	2,12%
303	Suporte Profilático e Terapêutico	384.516.011	467.156.354	451.497.429	396.401.566	393.467.833	96,65%	2,88%	55.095.863	0,35%
304	Vigilância Sanitária	134.714.265	139.142.305	126.478.207	102.304.341	102.120.144	90,90%	0,81%	24.173.866	0,15%
305	Vigilância Epidemiológica									
241	Assistência ao Idoso	1.820.000	1.820.000							
242	Assistência ao Portador de Deficiência	7.461.996	4.119.957	859.459	646.383	646.383	20,86%	0,00%	213.075	0,00%
422	Direitos Individuais Coletivos e Difusos	827.670	816.750	31.859	5.544	5.544	3,90%	0,00%	26.315	0,00%
122	Administração Geral	2.354.572.104	2.182.895.022	2.149.797.953	2.115.718.698	2.115.063.089	98,48%	13,72%	34.079.256	0,22%
128	Formação de Recursos Humanos	10.678.804	4.559.404	1.321.180	50.811	50.811	28,98%	0,01%	1.270.369	0,01%
271	Previdência Básica	426.347.112	426.347.112	426.347.112	396.689.267	396.689.267	100,00%	2,72%	29.657.845	0,19%
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador									
131	Comunicação Social	1.000.000								
126	Tecnologia da Informação	158.223.831	163.183.846	141.138.343	114.478.694	113.739.246	86,49%	0,90%	26.659.649	0,17%
TOTAL		12.862.265.497	16.169.203.616	15.671.871.881	15.041.065.260	14.905.820.241	96,92%	100,00%	630.806.622	4,03%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2022
Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2022



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Transferências Fundo a Fundo e Voluntárias

3º Quadrimestre de 2021

Janeiro a dezembro



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

Relatório de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2021



RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE												
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	Maio a Ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Set a Dez/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
REALIZADA	2.625.127.887	100,00%	1.088.552.407	1.136.812.779	294.902.244	299.762.439	209.151.148	268.512.398	1.072.328.229	3.297.693.414	100,00%	125,6%
BLOCO FEDERAL	2.545.713.059	96,97%	845.043.765	1.117.474.905	289.614.988	291.602.243	201.387.275	260.124.128	1.042.728.635	3.005.247.306	91,13%	118,1%
BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	742.800.000	28,30%	243.441.331	237.675.564	58.853.076	54.210.422	54.317.877	65.567.990	232.949.365	714.066.259	21,65%	96,1%
BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.602.935.008	61,06%	537.887.956	822.301.510	222.321.939	195.808.891	134.031.733	180.042.796	732.205.358	2.092.394.823	63,45%	130,5%
BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE	96.240.000	3,67%	29.144.600	25.756.971	7.671.766	5.826.277	7.064.805	6.806.962	27.369.809	82.271.381	2,49%	85,5%
BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	75.258.051	2,87%	23.891.445	23.891.445	723.207	11.945.722	5.972.861	5.972.861	24.614.651	72.397.541	2,20%	96,2%
BLOCO GESTÃO SUS	2.280.000	0,09%	-	-	-	18.495.206	-	-	18.495.206	18.495.206	0,56%	811,2%
BLOCO INVESTIMENTOS	26.200.000	1,00%	10.678.434	7.849.416	45.000	5.315.725	-	1.733.520	7.094.245	25.622.095	0,78%	97,8%
OUTROS CONVÊNIOS (União)	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
BLOCO ESTADUAL	38.302.000	1,46%	236.581.334	-	-	-	-	-	-	236.581.334	7,17%	617,7%
AÇÕES ESPEC. SAÚDE (Estado)	38.302.000	1,46%	236.581.334	-	-	-	-	-	-	236.581.334	7,17%	617,7%
BLOCO OUTRAS RECEITAS	28.889.628	1,10%	6.927.308	19.337.873	5.287.255	8.160.196	7.763.873	8.388.270	29.599.594	55.864.775	1,69%	193,4%
APLICAÇÃO FINANCEIRA (Estado)	567.600	0,02%	492.038	2.569.025	511.105	417.128	598.007	605.382	2.131.622	5.192.684	0,16%	914,8%
APLICAÇÃO FINANCEIRA (União)	16.060.740	0,61%	3.525.923	9.712.100	2.907.345	2.931.151	4.693.222	6.021.393	16.553.112	29.791.135	0,90%	185,5%
APLICAÇÃO FINANCEIRA (Outras Fontes)	246.684	0,01%	124.197	252.368	52.342	49.201	76.114	99.787	277.444	654.009	-	-
REC DE RESTITUIÇÃO DIVERSAS FMS	2.040.000	0,08%	1.040.543	3.312.205	545.993	3.043.594	509.230	385.500	4.484.317	8.837.065	0,27%	433,2%
MULTAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	932.400	0,04%	33.578	3.176	41.617	121.809	51.574	61.484	276.484	313.238	0,01%	33,6%
AHM (OUTRAS RECEITAS)	-	0,00%	2.002	1.367	737	739	880	-	2.355	5.724	0,00%	0,0%
HSPM (OUTRAS RECEITAS)	9.042.204	0,34%	1.833.224	3.487.632	1.228.116	1.596.574	1.834.846	1.214.723	5.874.260	11.195.116	0,34%	123,8%
RECEITAS PARA OUTROS CONVÊNIOS ESPECÍFICOS COM A UNIÃO	12.222.200	0,47%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.000	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

Relatório de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2021



RECURSOS FEDERAIS												
RECEITA DO BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	Maio a Ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Set a Dez/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB/APS	12.000.000,00	-	1.000.000	-	500.000	-	-	-	500.000	1.500.000	0,21%	12,5%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	66.000.000,00	8,89%	24.702.144	19.482.225	4.869.750	4.860.075	4.860.075	4.860.075	19.449.975	63.634.344	8,91%	96,4%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	312.000.000,00	42,00%	120.760.387	130.898.609	32.100.077	28.292.110	28.517.711	27.902.637	116.812.535	368.471.531	51,60%	118,1%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - PER CAPITA DE TRANSIÇÃO	72.000.000,00	9,69%	12.149.923	-	-	-	-	-	-	12.149.923	1,70%	16,9%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - AÇÕES ESTRATÉGICAS	258.000.000,00	34,73%	77.558.827	81.099.563	19.980.099	19.680.437	19.570.790	31.389.677	90.621.005	249.279.395	34,91%	96,6%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DIVERSOS APS	22.800.000,00	3,07%	7.270.050	6.195.167	1.403.150	1.377.800	1.369.300	1.415.600	5.565.850	19.031.067	2,67%	83,5%
REALIZADA	742.800.000,00	100,00%	243.441.331	237.675.564	58.853.076	54.210.422	54.317.877	65.567.990	232.949.365	714.066.259	100%	96,1%
RECEITA DO BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	Maio a Ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Set a Dez/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
SAMU	50.400.000,00	3,14%	14.994.008	14.994.008	3.748.502	3.748.502	3.748.502	3.748.502	14.994.008	44.982.024	2,15%	89,3%
TETO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.150.979.097,00	71,80%	369.668.601	370.802.743	92.837.972	89.828.153	92.573.769	89.475.040	364.714.933	1.105.186.277	52,82%	96,0%
CORONAVÍRUS (COVID-19)	15.600.000,00	0,97%	35.472.000	309.434.796	94.716.000	46.464.000	760.302	56.602.500	198.542.802	543.449.598	25,97%	3483,7%
FAEC	360.955.911,00	22,52%	111.753.347	106.783.243	31.019.466	29.064.457	36.949.160	29.216.754	126.249.836	344.786.426	16,48%	95,5%
INCREMENTO TEMPORÁRIO DO MAC - EMENDA PARLAMENTAR	0	0,00%	6.000.000	20.286.719	-	26.703.779	-	1.000.000	27.703.779	53.990.498	2,58%	0,0%
EMENDA PARLAMENTAR	25.000.000,00	1,56%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REALIZADA	1.602.935.008,00	100,00%	537.887.956	822.301.510	222.321.939	195.808.891	134.031.733	180.042.796	732.205.358	2.092.394.823	100%	130,5%
RECEITAS DO BLOCO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	Maio a Ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Set a Dez/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	96.240.000,00	53,25%	26.974.980	25.756.971	7.671.766	5.826.277	7.064.805	6.806.962	27.369.809	80.101.761	50,84%	83,2%
VIGILÂNCIA DST/AIDS	9.240.000,00	5,11%	2.892.826	2.892.826	723.207	723.207	723.207	723.207	2.892.826	8.678.479	5,51%	93,9%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	75.258.051,00	41,64%	23.891.445	23.891.445	-	11.945.722	5.972.861	5.972.861	23.891.445	71.674.335	45,49%	95,2%
REALIZADA	180.738.051,00	100,00%	50.866.425	52.541.242	8.394.973	18.495.206	13.760.872	13.503.029	54.154.081	157.561.748	100%	87,2%
RECEITAS DO BLOCO DE GESTÃO DO SUS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	Maio a Ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Set a Dez/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO OU IMPLEMENTAÇÃO DE COMPLEXOS REGULADORES	2.040.000,00	89,47%	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-
Outros(3)	240.000,00	10,53%	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-
REALIZADA	2.280.000,00	100,00%	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DO BLOCO DE INVESTIMENTO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	Maio a Ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Set a Dez/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
CONSTRUÇÃO DE CAPS, SRT,SMT E UA	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
REFORMA E CONSTRUÇÃO DE UBS	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ODONTOLÓGICA	-	0,00%	-	2.393.002	45.000	595.000	45.000	45.000	730.000	3.123.002	12,17%	-
CONSTRUÇÃO CER	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
AÇÕES DE INVESTIMENTO DE VIGILANCIA EM SAUDE	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
EQUIPAMENTOS	25.000.000,00	95,42%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	-	0,00%	-	1.189.455	-	4.720.725	-	1.688.520	6.409.245	7.598.700	29,60%	-
CONVÊNIOS	1.200.000,00	4,58%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
EMENDA PARLAMENTAR	-	-	-	4.266.959	-	-	-	-	-	4.266.959	16,62%	-
CORONAVÍRUS (COVID-19)	-	0,00%	10.678.434	-	-	-	-	-	-	10.678.434	41,60%	-
REALIZADA	26.200.000,00	100,00%	10.678.434	7.849.416	45.000	5.315.725	45.000	1.733.520	7.139.245	25.667.095	100%	98,0%
RECEITAS PARA OUTROS CONVÊNIOS ESPECÍFICOS COM A UNIÃO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	Maio a Ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Set a Dez/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
CAPACITAÇÃO (Educação Permanente)	2.040.000,00	16,69%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EQUIPAMENTOS	180.000,00	1,47%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO	10.002.200,00	81,84%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
REALIZADA	12.222.200,00	100,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

Relatório de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2021



RECURSOS ESTADUAIS												
RECEITAS DO ESTADO PROGRAMAS / CONVÊNIOS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	Maio a Ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Set a Dez/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
TRANSFERÊNCIA DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FMS	20.400.000,00	53,26%		4.281.557	-	-	-	-	-	4.281.557	1,66%	21,0%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - DOSE CERTA	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	#DIV/0!
CONTROLE DE GLICEMIA	-	0,00%	1.531.503	1.531.503	1.531.503		-	1.531.503	3.063.006	6.126.012	2,38%	#DIV/0!
CORONAVÍRUS (COVID-19) - CUSTEIO	-	0,00%	235.049.831		-	-	-	-	-	235.049.831	91,33%	#DIV/0!
EMENDA PARLAMENTAR - CUSTEIO	601.000,00	1,57%	-	9.543.000	-	200.000		250.000	450.000	9.993.000	3,88%	1662,7%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SUS	600.000,00	1,57%			-				-	-	0,00%	0,0%
EQUIPAMENTOS	10.000.000,00	26,11%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REFORMA E CONSTRUÇÃO UBS	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
CORONAVÍRUS (COVID-19) - INVESTIMENTO	4.200.000,00	10,97%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
EMENDA PARLAMENTAR - INVESTIMENTO	2.500.000,00	6,53%	-	6.196.000	300.000	-	150.000		450.000	6.646.000	2,58%	265,8%
OUTROS	1.000,00	0,00%	302.400	-	-	-	-	-	-	302.400	0,12%	30240,0%
REALIZADA	38.302.000,00	100,00%	236.581.334	17.270.503	1.531.503	200.000	-	1.781.503	3.513.006	257.364.843	100%	100,0%
RECEITAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	Maio a Ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Set a Dez/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.000,00	100,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
CORONAVÍRUS (COVID-19) - OUTRAS RECEITAS (MPE/MPFTJE- SP/DOAÇÕES)		-	962.362	1.772.118	391.838	524.888	392.080	265.310	1.574.115	4.308.595	100,00%	-
REALIZADA	1.000,00	100,00%	962.362	1.772.118	391.838	524.888	392.080	265.310	1.574.115	4.308.595	100%	100,0%

Fonte: Coordenadoria de Finanças e Orçamento - CFO/TF (BOLETIM DA RECEITA - SOF E DATASUS), em fevereiro de 2022



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Principais Grupos de Despesas

3º QUADRIMESTRE DE 2021

Janeiro a dezembro

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Principais Grupos de Despesas

Detalhamento das Despesas Empenhadas - Fundo Municipal da Saúde (SMS e HSPM) - 3º Quadrimestre 2021

Grupo	Administração Direta	Administração Indireta		Total, em R\$	Sobre Total Saúde
	SMS, em R\$	AHM, em R\$	HSPM, em R\$		
Pessoal, Auxílios e Encargos	1.746.052.223	Autarquia Extinta, CAPÍTULO IV, LEI Nº 17.433 de 29 de Julho de 2020	230.180.246	1.976.232.469	12,61%
Contratos de Gestão e Convênios	10.618.041.561		0	10.618.041.561	67,75%
Prestadores SUS	887.904.059		0	887.904.059	5,67%
Materias Médico-Hospitalares	483.327.793		24.550.204	507.877.997	3,24%
Medicamentos	451.503.805		7.955.353	459.459.158	2,93%
Investimentos	298.017.004		6.096.521	304.113.525	1,94%
Outros	843.754.354		74.488.759	918.243.113	5,86%
TOTAL SAÚDE	15.328.600.798		343.271.083	15.671.871.881	100,00%

Materiais Médico-Hospitalares e Medicamentos

Grupo	Fonte	Administração Direta	Administração Indireta		Total, em R\$	Sobre Total Saúde
		SMS, em R\$	AHM, em R\$	HSPM, em R\$		
Materias Médico Hospitalares	00	252.629.531	-	17.302.935	269.932.466	1,72%
	02	117.391.608		2.858.186	120.249.793	0,77%
	03	63.203.333			63.203.333	0,40%
	10				0	0,00%
	21	47.317.087			47.317.087	0,30%
	22				0	0,00%
	01, 05, 06, 08	2.786.235		4.389.083	7.175.318	0,05%
	Total	483.327.793		24.550.204	507.877.997	3,24%
Medicamentos	00	294.273.224	-	5.615.545	299.888.769	1,91%
	02	127.311.320		1.273.316	128.584.636	0,82%
	03	5.310.444			5.310.444	0,03%
	10				0	0,00%
	21	24.608.816			24.608.816	0,16%
	22				0	0,00%
	01, 05, 06, 08			1.066.493	1.066.493	0,01%
	Total	451.503.805		7.955.353	459.459.158	2,93%
Total Materiais + Medicamentos		934.831.597		32.505.557	967.337.155	6,17%

Ações Judiciais (*)	30.918.209	0	0	30.918.209	0,20%
----------------------------	-------------------	----------	----------	-------------------	--------------

(*) As Ações Judiciais compreendem Materiais Médico-Hospitalares, Medicamentos e Outros (dietas e serviços), cujos valores já estão incluídos em respectivos itens.

Descrição das fontes de recursos financeiros

- Fonte 00 = Tesouro Municipal
- Fonte 01 = Operações de Crédito
- Fonte 02 = Transferências Federais
- Fonte 03 = Transferências Estaduais
- Fonte 05 = Outras Fontes
- Fonte 06 = Recursos Próprios da Administração Indireta
- Fonte 08 = Tesouro Municipal - Recursos Vinculados
- Fonte 10 = Alienação de Bens/Ativos
- Fonte 21 = COVID = Transf. Fed.: Custeio COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde
- Fonte 22 = COVID = Transf. Fed.: Invest. COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde

Fonte:

- Administração Direta: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal da Saúde, em fevereiro de 2022
- Administração Indireta: HSPM, em fevereiro de 2022

Extinção AHM:

http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/busca?nr_lei=17.433&ano-inicial=2020&ano-final=2020&tipo%5B%5D=LEI



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias						
Coordenadoria de Parcerias e Contratação de Serviços de Saúde - CPCSS						
Contrato de Gestão (CG), Convênios (CV), Termo de Fomento (TF)						
Item	Organizações Sociais (em ordem decrescente de valores empenhados)	Natureza	Repasse Financeiros 3º Quadrimestre 2021			
			Empenhado		Liquidado	
			R\$	Sobre TOTAL	R\$	Sobre Empenhado
1	SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina	CG, CV e TC	3.049.990.977	28,72%	2.700.830.922	88,55%
2	Casa de Saúde Santa Marcelina	CG	1.351.201.402	12,73%	1.236.169.226	91,49%
3	Associação Saúde da Família	CG	1.230.188.958	11,59%	1.161.929.285	94,45%
4	CEJAM - Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim	CG e CV	1.059.919.108	9,98%	1.015.047.052	95,77%
5	Instituto de Atenção Básica e Avançada a Saúde - IABAS	CG	947.990.857	8,93%	868.465.911	91,61%
6	Soc. Beneficente Israelita Bras. Hosp. Albert Einstein	CV	709.319.680	6,68%	608.670.114	85,81%
7	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE	CG	611.699.308	5,76%	593.521.184	97,03%
8	SECONCI - Serviço Social da Construção Civil do Est. de São Paulo	CG e CV	481.028.498	4,53%	438.121.858	91,08%
9	Fundação do ABC	CG	246.985.145	2,33%	212.609.582	86,08%
10	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA SP	CV	186.469.805	1,76%	169.239.191	90,76%
11	Assoc. Comunitária Monte Azul	CG e CV	174.728.772	1,65%	173.597.277	99,35%
12	Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto	CV	134.628.642	1,27%	128.064.210	95,12%
13	CROPH - Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana	CV	69.469.997	0,65%	61.445.995	88,45%
14	INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SIRIO LIBANES	CV	66.072.217	0,62%	62.148.100	94,06%
15	Assoc. Comunitária e Benef. Padre José Augusto M. Moreira	CV	62.262.200	0,59%	60.555.486	97,26%
16	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DE SÃO PAULO	CV	50.579.225	0,48%	39.967.976	79,02%
17	SOCIEDADE BENEFICENTE CAMINHO DE DAMASCO	CG	48.704.349	0,46%	48.704.349	100,00%
18	INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTROLE DO CANCER - SÃO CAMILO	TC	26.451.315	0,25%	17.115.557	64,71%
19	Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus	CV	24.718.163	0,23%	24.718.163	100,00%
20	ASSOCIACAO NACIONAL DE CLINICOS VETERINARIOS DE PEQUENOS AN	TC	24.113.912	0,23%	19.366.668	80,31%
21	Casa de Isabel	CV e TF	23.499.870	0,22%	22.432.720	95,46%
22	Assoc. da Casa dos Deficientes de Ermelino Matarazzo	CV	7.740.921	0,07%	7.079.700	91,46%
23	SALLUS Associação para a Saúde Núcleo Sallus Paulista	CV	5.686.975	0,05%	5.618.585	98,80%
24	Universidade de São Paulo	CV	5.561.457	0,05%	5.534.513	99,52%
25	Assoc. de Apoio ao Projeto Quixote	CV	5.057.250	0,05%	4.618.599	91,33%
26	Assoc. de Saúde Mental PROSAM	CV	4.875.546	0,05%	4.137.228	84,86%
27	ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA NOVA ESPERANÇA - AFINE	CG	4.408.026	0,04%	4.408.026	100,00%
28	Assoc. Congregação de Santa Catarina	CG	3.172.449	0,03%	3.172.449	100,00%
29	Assoc. Brasileira de Desenvolvimento Social - ABADS	CV	1.516.540	0,01%	1.220.429	80,47%
TOTAL			10.618.041.561	100,00%	9.698.510.353	91,34%

FONTE: Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - Coordenadoria de Parcerias e Contratação de Serviços de Saúde - SMS-G/SERMAP-CPCSS, em fevereiro 2022

Alterações:

Item 5 - IABAS R021/2015 encerrado em set/2021 e R023/2015 encerrado em nov/2021

Item 17 - Caminho de Damasco CG R025/2021 iniciado em out/2021

Item 27 - AFINE CG R026/2021 iniciado em dez/2021



Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias					
Coordenadoria de Avaliação e Controle da Assistência Complementar - CACAC					
Item	Instituições - Razão Social (em ordem decrescente de valores empenhados)	Repasse Financeiros 3º Quadrimestre 2021			
		Empenhado		Liquidado	
		R\$	Sobre Total	R\$	Sobre Empenhado
1	REAL E BENEMERITA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICENCIA	74.509.813	8,39%	68.162.857	91,48%
2	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EBENEZER	72.443.772	8,16%	72.249.799	99,73%
3	FUNDACAO OSWALDO RAMOS	69.691.584	7,85%	68.500.913	98,29%
4	INSTITUTO DO CANCER ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO	69.691.584	7,85%	68.291.218	97,99%
5	ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PSICOFARMACOLOGIA	53.581.745	6,03%	52.692.069	98,34%
6	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTO AMARO	52.352.941	5,90%	50.521.571	96,50%
7	INST. BRAS. DE CONTROLE DO CANCER	48.127.345	5,42%	48.127.345	100,00%
8	FUNDACAO ANTONIO PRUDENTE	35.463.298	3,99%	35.137.347	99,08%
9	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO	32.540.807	3,66%	31.989.561	98,31%
10	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DO PARI	19.667.208	2,22%	19.280.733	98,03%
11	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA DEFICIENTE	18.769.479	2,11%	17.151.706	91,38%
12	GRUPO DE APOIO AO ADOLESCENTE E A CRIANÇA COM CANCER GRAACC	17.833.367	2,01%	17.533.060	98,32%
13	INSTITUTO CEMA DE OFTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA	17.760.068	2,00%	16.741.172	94,26%
14	DAVITA Serv. De Nefrologia da Penha Ltda (CENUPE) - Penha	13.822.533	1,56%	13.822.533	100,00%
15	ASSOCIACAO CRUZ VERDE	13.684.920	1,54%	13.684.920	100,00%
16	CLINICA NEFROLOGIA LESTE LTDA	12.794.858	1,44%	12.794.858	100,00%
17	CNTT - CLÍNICA DE NEFROLOGIA E TRANSPLANTE RENAL DO TATUAPE	12.286.008	1,38%	12.286.008	100,00%
18	INSTITUTO SUEL ABUJAMRA	12.165.353	1,37%	12.133.336	99,74%
19	HOSPITAL BANDEIRANTES S.A	11.753.592	1,32%	10.793.738	91,83%
20	NEFROLAPA - CLIN. MÉDICA E NEFROL. DA LAPA LTDA - EPP	11.452.171	1,29%	11.452.171	100,00%
21	ENESP EQUIPE NEFROLOGICA DE SAO PAULO LTDA	11.151.085	1,26%	10.290.983	92,29%
22	CENTRO DE ESTUDO DO HOSPITAL MONUMENTO	10.748.075	1,21%	10.748.074	100,00%
23	DAVITA SERVIÇOS DE NEFROLOGIA JARDIM DAS IMBUIAS LTDA	10.707.271	1,21%	10.609.397	99,09%
24	SENEP - SERVIÇO DE NEFROLOGIA DE SÃO PAULO LTDA	10.092.373	1,14%	10.092.373	100,00%
25	RENALCARE SERVIÇOS MEDICOS LTDA	9.801.033	1,10%	9.498.665	96,91%
26	CLINICA NEFROLOGICA SANTA CATARINA LTDA - ME	9.039.826	1,02%	9.039.826	100,00%
27	CLINICA NEFROLOGICA SÃO MIGUEL LTDA	8.639.873	0,97%	8.639.873	100,00%
28	CLINICA NEFROLOGICA DO ITAIM PAULISTA LTDA	8.323.125	0,94%	8.323.125	100,00%
29	HOME DIALYSIS CENTER MEDICINA E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA	8.088.384	0,91%	8.015.025	99,09%
30	DAVITA JOÃO DIAS (INSP)	7.729.311	0,87%	7.729.311	100,00%
31	NEFROCLÍNICA IPIRANGA LTDA	6.870.991	0,77%	6.667.632	97,04%
32	NEPHRON ASSISTENCIA NEFROLOGICA LTDA	6.558.375	0,74%	6.558.348	100,00%
33	DAVITA PERDIZES (C.M.I.N.)	6.553.983	0,74%	6.553.983	100,00%
34	UNTR. - UNIDADE DE NEFROLOGIA, DIALISE E TRANSPLANTE RENAL LTDA	5.802.769	0,65%	5.802.769	100,00%
35	CENORTE - CENTRO DE NEFROLOGIA ZONA NORTE LTDA	5.564.791	0,63%	5.564.791	100,00%
36	DAVITA VILA OLIMPIA (CENESUL)	5.391.546	0,61%	5.371.393	99,63%
37	CLINICA PAULISTA DE NEFROLOGIA, DIALISE E TRANSPLANTE LTDA	5.165.105	0,58%	5.165.105	100,00%
38	ZANTUT MEDICOS ASSOCIADOS LTDA- ME	5.123.824	0,58%	4.966.000	96,92%
39	CASA DA CRIANÇA BETINHO LAR ESPIRITA PARA EXCEPCIONAIS	5.089.839	0,57%	5.089.839	100,00%
40	EL DIAGNÓSTICO LTDA	4.876.170	0,55%	4.876.170	100,00%



Secretaria Municipal da Saúde

41	DAVITA SANTANA (NEFROS)	4.591.921	0,52%	4.591.921	100,00%
42	NEFROCOR E URO SERVIÇOS MEDICOS LTDA	4.334.141	0,49%	3.918.400	90,41%
43	FUNDAÇÃO SÃO PAULO	4.196.731	0,47%	4.196.731	100,00%
44	INSTITUTO PAULISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS EM OFTALMOLOGIA - IPEPO	4.020.668	0,45%	3.662.252	91,09%
45	SUA IMAGEM Diagnósticos Médicos Ltda	3.974.542	0,45%	3.974.542	100,00%
46	SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ	3.723.928	0,42%	3.711.992	99,68%
47	CENTRO DE NEFROLOGIA E DIALISE CENED S/C LTDA	3.491.478	0,39%	3.491.478	100,00%
48	RENALCLASS CLÍNICA DE NEFROLOGIA LTDA	3.419.591	0,39%	3.268.282	95,58%
49	HOSPITAL SANTA ISABEL	3.240.300	0,36%	3.240.300	100,00%
50	ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA	3.172.449	0,36%	3.172.449	100,00%
51	MEDSERV- ASSISTENCIA MÉDICA E NEFROLÓGICA LTDA	3.055.488	0,34%	3.055.488	100,00%
52	CENTRO OFTALM.PAULISTA CLÍN. E CIR. OCULAR LTDA	2.961.979	0,33%	2.957.650	99,85%
53	SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN	2.705.211	0,30%	2.486.979	91,93%
54	PRO-NEFRON ASSISTENCIA MEDICA LTDA	2.487.199	0,28%	2.224.323	89,43%
55	CETENE - CENTRO DE TERAPIA NEFROLOGICA LTDA	2.440.704	0,27%	2.440.704	100,00%
56	AURI MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA	2.398.177	0,27%	2.398.177	100,00%
57	SOC.BENEF.DE SENHORAS - HOSP. SÍRIO LIBANÊS	1.895.138	0,21%	1.895.138	100,00%
58	SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SP - SECONCI - SP	1.875.621	0,21%	1.875.621	100,00%
59	Dr. GHELFOND Diag. Médico Ltda	1.684.040	0,19%	1.639.694	97,37%
60	DIMEDI - Instituto de Medicina Digital Ltda	1.541.873	0,17%	1.541.873	100,00%
61	CLÍNICA DE DIAGNÓST. DR. LUIZ SCOPPETTA	1.435.577	0,16%	1.435.577	100,00%
62	Radioclínica TADAO MORI	1.133.512	0,13%	1.133.512	100,00%
63	HOSPITAL SAGRADA FAMÍLIA	573.800	0,06%	573.800	100,00%
64	Instituto RUBEN BERTA	462.467	0,05%	462.467	100,00%
65	C & M ASSOC. SERV.MÉDICOS LTDA - IMEDI	453.201	0,05%	453.201	100,00%
66	SAMARIM ASSISTÊNCIA NEFROLÓGICA LTDA	300.713	0,03%	271.466	90,27%
67	NIPO - Benef. Bras. de São Paulo	278.883	0,03%	278.883	100,00%
68	VITALCOR Clínica Cardiológica Ltda	140.570	0,02%	140.570	100,00%
69	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ABADS	139.732	0,02%	139.732	100,00%
70	NEPHO GROUP	53.653	0,01%	53.653	100,00%
71	ASSOC C S ORDEM M DE MALTA DE S PE BRASIL MERIDIONAL	10.580	0,00%	10.580	100,00%
TOTAL		887.904.059	100,00%	867.647.031	97,72%

FONTE: Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - Coordenadoria de Avaliação e Controle de Assistência Complementar - SMS-G/SERMAP-CACAC, fevereiro 2022

Alterações:

NOVA INSTITUIÇÃO

NEPHO GROUP

ALTERAÇÃO DE CONTRATO - RAZÃO SOCIAL

de CLINICA PAULISTA DE NEFROLOGIA, DIALISE E TRANSPLANTE LTDA Termo Aditivo 02/2021 ao termo de Contrato 001/SMS.G/2019
para BAXTER RCS Ltda.

de HOSPITAL BANDEIRANTES S.A. Termo Aditivo 01/20019 ao Termo Contrato 004/SMS.G/2016
para HOSPITAL LEFORTE LIBERDDE S.A.

Encerrados Contratos

C & M ASSOC. SERV.MÉDICOS LTDA - IMEDI

Rescisão Amigável ao Termo Contrato 003/2018 ass 08/07/2021

Dr. GHELFOND Diag. Médico Ltda

Rescisão Amigável ao Termo Contrato 007/2018 data ass. 11/07/2021



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

AUDITORIA

Auditorias Realizadas

3º QUADRIMESTRE DE 2021

Janeiro a dezembro

Relatório Gerencial Anual – 2021

Divisão de Auditoria SUS/COCl

Introdução

As ações e atividades desenvolvidas pela Divisão de Auditoria SUS da Coordenadoria de Controle Interno – COCl visaram fortalecer o Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria – SNA com o objetivo de qualificação da gestão mediante ações compartilhadas e pactuadas, de observar o cumprimento das normas inerentes à organização e funcionamento do SNA/SUS/SP, de modo a apoiar e colaborar no planejamento da execução de medidas saneadoras de possíveis irregularidades e deficiências apontadas pelo controle, corrigir inconformidades, coibir irregularidades, avaliar o impacto das ações, repercutindo na melhoria da gestão pública, além de estabelecer os processos internos das ações de auditoria apoiando o Gestor na tomada de decisão, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

Os resultados alcançados são apurados com base no conjunto de ações que foram definidas no Planejamento Anual e a partir de demanda oriunda de solicitação de órgãos externos (Ministérios Públicos Federal/Estadual, Tribunais de Contas, Ministério da Saúde, entre outros) ou demandas internas não programadas.

Para os anos 2020 e 2021 foram programadas ações para dar continuidade à realização de auditorias nas áreas de Terapia Renal Substitutiva – TRS, Quimioterapia, doenças Neuromusculares, Radioterapia, auditoria de serviço em unidades de saúde que mantêm contratos e/ou convênios de Assistência à Saúde com a SMS e uma Auditoria Analítica programada na linha de cuidado à Saúde da Mulher, cobertura de exames de Mamografia Bilateral para Rastreamento na faixa etária alvo de 35 a 65 anos, porém não foram realizadas devido às circunstâncias decorrentes da pandemia pelo Coronavírus, houve restrições dos auditores em realizar diligências in loco, conforme o artigo 5º do Decreto Municipal nº 59.283/20. As ações serão realizadas em 2022, desde que finda a decretação da situação emergencial no Município.

Realizamos a meta intermediária em 2021 com a constituição da Comissão de Auditoria (Portaria n.º 498/2020 - SMS.G) para auditar os Contratos de Gestão R021/2016 e R023/20216 referentes aos Chamamentos Públicos 001/2021 e 002/2021 em substituição ao Instituto de Atenção Básica e Avançada de Saúde – IABAS (CRS-Norte e CRS-Centro). Foram produzidos relatórios quinzenais de todos os procedimentos adotados no período de janeiro a dezembro de 2021.

No período de **Janeiro a Dezembro de 2021** foram realizadas 417 auditorias em Instituições vinculadas ao SUS, sendo 407 auditorias e 10 visitas técnicas por demanda interna. Analisados no mesmo período, o total de 3.437 AIH estando os principais motivos abaixo identificados:

- 20.281 por solicitações de liberação de críticas;
- 39.260 por agravos de notificação;
- 567 por duplicidade de Cartão Nacional de Saúde – CNS;
- 41 por duplicidade em oncologia;
- 113 por sexo incompatível com o procedimento;

Destacamos o período de **Setembro a Dezembro de 2021** quando realizamos 139 auditorias em Instituições vinculadas ao SUS, sendo 134 auditorias e 05 visitas técnicas por demanda interna. Analisados no mesmo período o total de 885 AIH estando os principais motivos abaixo identificados:

- 7.362 por solicitações de liberação de críticas;
- 6.568 por agravos de notificação;
- 171 por duplicidade de Cartão Nacional de Saúde – CNS;
- 11 por duplicidade em oncologia;
- 49 por sexo incompatível com o procedimento.

A seguir demonstramos isoladamente a produção no 3º quadrimestre de 2021:

PRODUÇÃO – 3º QUADRIMESTRE DE 2021

Quantidade de AIH apresentadas por natureza da Instituição

3º Quadrimestre de 2021			
Competência	Natureza Pública	Natureza Privada	Total
Setembro	16.776	7.692	24.468
Outubro	17.620	6.745	24.365
Novembro	17.712	7.100	24.812
Dezembro	18.473	6.627	25.100
Total 3º Quadrimestre	70.581	28.164	98.745

Fonte: SIHD

Valor (R\$) das AIH apresentadas por natureza da Instituição

3º Quadrimestre de 2021			
Competência	Natureza Pública (R\$)	Natureza Privada (R\$)	Total (R\$)
Setembro	40.643.432,79	17.052.388,10	57.695.820,89
Outubro	29.358.323,94	15.978.431,14	45.336.755,08
Novembro	25.668.564,79	16.510.153,79	42.178.718,58
Dezembro	23.100.199,18	15.260.765,68	38.360.964,86
Total 3º Quadrimestre	118.770.520,70	64.801.738,71	183.572.259,41

Fonte: SIHD

Quantidade de AIH auditadas analiticamente

3º Quadrimestre de 2021	
Competência	Quantidade de AIH auditadas
Setembro	2.618
Outubro	3.108
Novembro	3.953
Dezembro	3.736
Total 3º Quadrimestre	13.415

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de atividades por tipo

3º Quadrimestre de 2021					
Por tipo de atividade	Set	Out	Nov	Dez	Total
Auditorias	37	29	34	30	130
Visita Técnica	2	1	0	2	5
Total 3º Quadrimestre	39	30	34	32	135

Fonte: SISAUD/Relatórios – Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por origem da demanda

3º Quadrimestre de 2021					
Finalidade	Set	Out	Nov	Dez	Total
Interna – Programação da Divisão de Auditoria do SUS	37	29	32	30	128
Interna – Outras Estruturas SMS	2	1	2	2	7
Demandas Externas	0	0	0	0	0
Total 3º Quadrimestre	39	30	34	32	135

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por finalidade

3º Quadrimestre de 2021					
Finalidade	Set	Out	Nov	Dez	Total
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos de oncologia	3	3	3	3	12
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos hospitalares	34	26	29	27	116
Auditar analiticamente as AIH do SIHD	1	1	1	1	4
Total 3º Quadrimestre	38	30	33	31	132

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor fiscalizado nas atividades de auditoria 2021

Mês	Valor fiscalizado – R\$	Valor Glosado – R\$
Setembro	10.641.369,49	157.705,62
Outubro	11.683.982,14	101.256,97
Novembro	10.344.666,57	190.956,07
Dezembro	9.988.740,46	191.520,31
Total 3º Quadrimestre	42.658.758,66	641.438,97

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de AIH analisadas por tipo de bloqueio

3º Quadrimestre de 2021					
TIPO DE BLOQUEIO	Set	Out	Nov	Dez	Total
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Movimento	2.047	2.182	2.144	2.140	8.513
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Estado	0	0	0	0	0
AIH bloqueadas no filtro de Solicitação de liberação	1.940	1.884	1.854	1.684	7.362
AIH bloqueadas no filtro de agravos de notificação	2.785	1.460	1.433	890	6.568
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de CNS	33	57	47	34	171
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Oncologia	2	2	3	4	11
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Ortopedia	0	2	3	0	5
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Neurocirurgia	8	2	0	0	10
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de nomes	2	0	0	2	4
AIH bloqueadas no filtro de sexo incompatível com procedimento	14	14	10	11	49
AIH para analisar auditorias programadas	2.618	3.108	3.953	4.765	14.444
Total 3º Quadrimestre	9.449	8.711	9.447	9.530	37.137

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

A seguir demonstramos a produção consolidada anual de 2021:

CONSOLIDADO DA PRODUÇÃO – 2021

Quantidade de AIH apresentadas, por natureza da instituição

2021			
Competência	Natureza Pública	Natureza Privada	Total
1º Quadrimestre	80.742	26.054	106.796
2º Quadrimestre	68.741	26.818	95.559
3º Quadrimestre	70.581	28.164	98.745
Total	220.064	81.036	301.100

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor (R\$) das AIH apresentadas por natureza da Instituição

2021			
Competência	Natureza Pública (R\$)	Natureza Privada (R\$)	Total (R\$)
1º Quadrimestre	79.371.685,67	56.475.900,27	135.847.585,94
2º Quadrimestre	196.255.403,20	63.697.275,22	259.952.678,42
3º Quadrimestre	118.770.520,70	64.801.738,71	183.572.259,41
Total	394.397.609,57	184.974.914,2	579.372.523,77

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de AIH auditadas analiticamente

2021	
Competência	Quantidade de AIH auditadas
1º Quadrimestre	25.143
2º Quadrimestre	13.083
3º Quadrimestre	13.415
Total	51.641

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por tipo

2021	
Tipo de atividade	Quantidade
Auditorias e Visitas Técnicas 1º Quadrimestre	129
Auditorias e Visitas Técnicas 2º Quadrimestre	149
Auditorias e Visitas Técnicas 3º Quadrimestre	135
Total	413

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de atividades por origem da demanda

2021				
Origem	Quantidade			
Período	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
Interna – Programação de Auditoria do SUS	127	140	128	395
Interna – Outras estruturas da SMS	2	8	7	17
Demandas Externas	0	0	0	0
Total	129	148	135	412

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por finalidade

2021				
Finalidade	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos de oncologia	12	12	12	36
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos hospitalares	112	133	116	361
Auditar analiticamente as AIH do SIHD	4	4	4	12
Total	128	149	132	409

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor fiscalizado nas atividades de auditoria

2021		
Mês	Valor fiscalizado – R\$	Valor Glosado – R\$
1º Quadrimestre	146.763.680,46	988.087,45
2º. Quadrimestre	73.369.770,89	722.225,55
3º. Quadrimestre	42.658.758,66	641.438,97
Total	262.792.210,01	2.351.751,97

Fonte: SISAUD/Relatórios – Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de AIH analisadas por tipo de bloqueio

2021				
TIPO DE BLOQUEIO	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Movimento	9.287	8.221	8.513	26.021
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Estado	0	1	0	1
AIH bloqueadas no filtro de Solicitação de liberação	5.565	7.354	7.362	20.281
AIH bloqueadas no filtro de agravos de notificação	12.310	20.382	6.568	39.260
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de CNS	163	233	171	567
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Oncologia	10	20	11	41
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Ortopedia	6	0	5	11
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Neurocirurgia	2	4	10	16
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de nomes	4	2	4	10
AIH bloqueadas no filtro de sexo incompatível com procedimento	29	35	49	113
AIH para analisar auditorias programadas	25.143	13.083	14.444	52.670
Total 1º Quadrimestre	52.519	49.335	37.137	138.991

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Glossário

Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS): Termo empregado pelo art. 198, § 2º, da Constituição Federal, para indicar que o município deve empregar nessas ações um percentual mínimo das receitas de impostos e transferências. Esse percentual deve ser fixado em Lei Complementar e, como esse diploma legal ainda não foi editado, prevalece o percentual de 15% estabelecido pelo art. 77, III, do ADCT.

Administração Direta: Parte da Administração Pública que abrange organizações estatais desprovidas de personalidade jurídica própria, como secretarias, subprefeituras, tribunal de contas etc. Inclui também os fundos especiais geridos por órgão da Administração Direta.

Administração Indireta: Parte da Administração Pública que abrange organizações estatais que possuem personalidade jurídica de direito público ou privado, como fundação, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Arrecadação: Um dos estágios da receita. É o momento em que os contribuintes comparecem perante aos agentes arrecadadores a fim de liquidarem suas obrigações para com o estado.

Atividade: Tipo de ação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, contribuindo para a manutenção da atuação governamental. Ver “ação”.

Autarquia: Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, para exercer, descentralizadamente, atividades típicas do Estado.

Classificação da Despesa Pública: Agrupamento da despesa por categorias. Esse agrupamento é utilizado para facilitar e padronizar as informações que se deseja obter. Pela classificação é possível visualizar o orçamento por Poder, por função de governo, por subfunção, por programa e por categoria econômica.

Classificação da Receita Pública: Agrupamento da receita por categorias. Os modos de classificação podem variar conforme a necessidade e o interesse de quem os estabelece. A classificação básica é estabelecida por Portaria Interministerial baixada periodicamente pela STN e SOF por meio de um Manual de Receitas, cabendo a cada ente da Federação o seu detalhamento para atender às características locais.

Classificação Orçamentária: Organização do orçamento segundo critérios que possibilitam a compreensão geral das funções deste instrumento, propiciando informações para a administração, a gerência e a tomada de decisões. No modelo orçamentário brasileiro são observadas classificações para a despesa e para a receita. Da despesa, as principais são: classificação institucional, classificação funcional e programática, de natureza da despesa e por fonte de recursos; da receita, classificação por natureza de receita e por fonte de recursos.

Classificação por Categoria Econômica: Classificação das receitas e despesas em operações correntes ou de capital, objetivando propiciar elementos para uma avaliação do efeito econômico das transações do setor público.

Cobertura Orçamentária: Dotação orçamentária para atender despesas autorizadas na lei orçamentária.

Contingenciamento: Procedimento empregado pela Administração Pública para assegurar o equilíbrio orçamentário, ou seja, assegurar o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos.

Convênio: Instrumento utilizado para formalização do acordo de vontades entre entidades do setor público e, ocasionalmente, entre entidades do setor público e instituições do setor privado, com vistas à realização de programas de trabalho ou de eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Despesa Corrente: Categoria de classificação da despesa que se desdobra em despesa de custeio e transferência corrente; destina-se a promover a execução e a manutenção da ação governamental e não contribui diretamente para aumentar a capacidade produtiva da economia.

Despesa de Capital: Categoria de classificação da despesa que se desdobra em investimento, inversão financeira e transferência de capital; tem por propósito formar e/ou adquirir um bem de capital de modo a contribuir para o incremento da capacidade produtiva.

Despesa de Custeio: Aquela necessária à manutenção da ação governamental e à prestação de serviço público, tais como: pagamento de pessoal e de serviços de terceiros, compra de material de consumo e gasto com reforma e conservação de bens móveis e imóveis.

Despesa de Exercícios Anteriores – DEA: As relativas a exercícios encerrados, para as quais existia crédito próprio e dotação suficiente nos respectivos orçamentos, mas que não foram processadas na época devida.

Despesa Empenhada: Valor do orçamento público formalmente reservado (pela emissão do empenho) para compromissos assumidos com terceiros.

Despesa Executada: Como a realização da despesa pública observa três fases distintas (empenho, liquidação e pagamento), dependendo da análise que se faz, a despesa executada pode corresponder a qualquer um dos três agregados.

Dotação Atual: Valor inicial constante da lei orçamentária mais os valores suplementados menos as reduções realizadas.

Dotação Inicial: Valor inicial constante da lei orçamentária sancionada pelo Prefeito.

Dotação Orçamentária: É o valor monetário autorizado, consignado na lei do orçamento (LOA), para atender uma determinada programação orçamentária.

Emenda: Meio através do qual os membros do Poder Legislativo (individualmente ou através de órgãos colegiados como Comissões ou Bancadas) atuam sobre o projeto de lei orçamentária anual apresentado pelo Poder Executivo, acrescentando, suprimindo ou modificando itens. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual, como proposições legislativas que são, recebem detalhada regulamentação por parte dos regimentos internos das diferentes instituições legislativas e respectivas normas internas complementares que tratam do processo legislativo. A apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária é ocasião de especial relevância na atuação parlamentar, pois, por meio delas os representantes eleitos podem influir na alocação dos recursos públicos em função dos objetivos e compromissos políticos que orientam seu mandato de representação. Os diferentes aspectos da lei orçamentária anual podem ser objeto de emendas: Emendas à Receita (inclusão, exclusão ou modificação em rubrica ou valores da previsão de receita do projeto de lei orçamentária); Emendas à Despesa (inclusão, exclusão ou modificação em rubrica ou valores da autorização de despesas do projeto de lei orçamentária); e Emendas de Texto, relativas a modificações na parte inicial do projeto de lei que contém o texto da mesma (não incluindo portanto os quadros contendo a especificação de receitas e despesas que constituem o cerne da lei orçamentária). Todas as categorias de emendas são objeto de severas restrições quando ao seu conteúdo e objetivos, contidas no artigo 166 da Constituição Federal, nos artigos 12 a 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal 101, de 04 de maio de 2000) e do artigo 33 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Estágios da Despesa: São as etapas ou operações que as entidades responsáveis pela despesa pública devem realizar ou percorrer para que a mesma seja realizada. Os estágios da despesa são: empenho, liquidação e pagamento.

Estágios da Receita: São as etapas ou operações que as entidades responsáveis pela receita pública devem realizar ou percorrer para que a mesma seja materializada. Os estágios da receita são: lançamento, arrecadação e recolhimento.

Execução Financeira: Utilização dos recursos financeiros visando atender à realização das competências atribuídas às unidades orçamentárias.

Execução Orçamentária da Despesa: Utilização dos créditos consignados no orçamento do ente público e nos créditos adicionais, visando à realização das missões atribuídas às unidades orçamentárias.

Exercício Financeiro: Período definido para fins de segregação e organização dos registros relativos à arrecadação de receitas, à execução de despesas e aos atos gerais de administração financeira e patrimonial da administração pública. No Brasil, o exercício financeiro tem duração de doze meses e coincide com o ano civil, conforme disposto no art. 34 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Fonte de Recursos: Classificação da receita segundo a destinação legal dos recursos arrecadados. As fontes de recursos constituem-se de determinados agrupamentos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, e servem para indicar como são financiadas as despesas orçamentárias. Entende-se por fonte de recursos a origem ou a procedência dos recursos que devem ser gastos com uma determinada finalidade. É necessário, portanto, individualizar esses recursos de modo a evidenciar sua aplicação segundo a determinação legal. A classificação consiste na definição de um código específico para cada fonte.

Secretaria Municipal da Saúde

Fundo: No sentido orçamentário brasileiro, fundos são instrumentos orçamentários criados por lei para a vinculação de recursos ou conjunto de recursos destinados à implementação de programas, projetos ou atividades com objetivos devidamente caracterizados. A vinculação a um determinado fundo pode atingir apenas os recursos financeiros a serem aplicados ou também um determinado subconjunto do patrimônio (correspondendo, nesse caso, ao conceito contábil de fundo). As condições para a constituição de fundos estão fixadas em diversos incisos e parágrafos do artigo 167 da Constituição: obrigatoriedade de criação por lei e inclusão de todos os fundos no orçamento geral da União; proibição da vinculação de receitas de impostos a fundos; obediência às normas gerais fixadas em lei complementar (aplicáveis, atualmente, os arts. 71 a 74 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964).

Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU: Tributo de competência municipal cobrado anualmente em relação aos imóveis urbanos (prédios e terrenos) localizados no município. Seu valor é apurado pela aplicação da alíquota correspondente sobre o valor venal do imóvel.

Imposto Sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis – ITBI: Tributo de competência municipal incidente sobre as transmissões efetuadas por pessoas vivas, de bens imóveis, a qualquer título, por ato oneroso, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: Tributo de competência municipal incidente sobre as atividades de prestação de serviços realizadas por empresas e pessoas físicas sem vínculo empregatício. Excluem-se as atividades sobre as quais incide o ICMS, de competência estadual.

Investimentos: Grupo de natureza da despesa identificado pelo dígito “4”, que agrupa toda e qualquer despesa relacionada com planejamento e execução de obras, aquisição de imóveis e instalações, equipamentos e material permanente, constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Juros e Encargos da Dívida: Grupo de natureza de despesa, identificado pelo dígito “2”, no qual são orçados o adimplemento de juros, comissões, dívida pública mobiliária e despesas com operações de crédito internas e externas.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. A LDO, de duração de um ano, define as metas e prioridades do governo para o ano seguinte, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política das agências de desenvolvimento (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, BNDES, Banco da Amazônia, etc.). Também fixa limites para os orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e dispõe sobre os gastos com pessoal. A Lei de Responsabilidade Fiscal remeteu à LDO diversos outros temas, como política fiscal, contingenciamento dos gastos, transferências de recursos para entidades públicas e privadas e política monetária.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. É a Lei Complementar nº 101/2000.

Lei Orçamentária Anual (LOA): Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. É a lei orçamentária propriamente dita, possuindo vigência para um ano. Ela estima a receita e fixa a despesa do exercício financeiro, ou seja, aponta como o governo vai arrecadar e como irá gastar os recursos públicos. Para maiores detalhes, ver “Classificação por Esfera Orçamentária”.

Secretaria Municipal da Saúde

Liquidação: Um dos estágios da despesa. É a verificação do implemento de condição, ou seja, verificação objetiva do cumprimento contratual.

Município: Um dos entes da Federação. Não possui soberania, mas possui autonomia nos termos da Constituição. É regido por Lei Orgânica, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Nota de Empenho (NE): Documento que deve ser extraído para cada empenho. Deve indicar o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Operação de Crédito: Obtenção de créditos mediante empréstimos pela administração pública, com o objetivo de cobrir os déficits orçamentários e financiar seus projetos e atividades.

Orçamento Público: Instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum. No modelo brasileiro, compreende a elaboração e execução de três leis – o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento anual (LOA) – que, em conjunto, materializam o planejamento e a execução das políticas públicas de cada ente da Federação.

Ordenador da Despesa: Autoridade de cujos atos resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos, pelos quais responda.

Pagamento: Um dos estágios da despesa. É a emissão do cheque ou ordem bancária em favor do credor. A classificação da despesa em estágios tem natureza teórica ou doutrinária (ainda que as etapas de empenho, liquidação e pagamento estejam bem individualizadas na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964), o que faz com que existam ligeiras diferenças na literatura técnica sobre detalhes em sua conceituação ou aplicação.

Pessoal e Encargos Sociais: Grupo de natureza da despesa (GND) 1 que inclui a despesa com o pagamento pelo efetivo serviço exercido de cargo/emprego ou função no setor público, quer civil ou militar, ativo ou inativo, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador. Ver “Grupo de Natureza da Despesa”.

Plano Plurianual: Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. Estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Vigora por quatro anos, sendo elaborado no primeiro ano do mandato executivo, abrangendo até o primeiro ano do mandato seguinte. Está previsto no art. 165 da Constituição Federal.

Prestação de Contas: Demonstrativo organizado pelo próprio agente, entidade ou pessoa designada, acompanhado ou não de documentos comprobatórios das operações de receita e despesa, os quais, se aprovados pelo Ordenador de Despesa, integrarão a sua tomada de contas; é também o levantamento organizado pelo Serviço de Contabilidade das entidades da Administração Indireta, inclusive das Fundações instituídas pelo Poder Público.

Previsão da Receita: Cálculo provável do comportamento da receita, mediante a utilização de métodos estatísticos, observações diretas e outros instrumentos. Etapa importante, pois a lei orçamentária “estima a receita e fixa a despesa”.

Secretaria Municipal da Saúde

Princípios Orçamentários: Regras que cercam a instituição orçamentária, visando a dar-lhe consistência, principalmente no que se refere ao controle pelo Poder Legislativo. Os principais são: universalidade, unidade, exclusividade, especificação, periodicidade, autorização prévia, exatidão, clareza, publicidade, equilíbrio e programação.

Processo Orçamentário: Compreende as fases de elaboração e execução das leis orçamentárias – PPA, LDO e LOA. Cada uma dessas leis tem ritos próprios de elaboração, aprovação e implementação pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Projeto: Tipo de ação destinada a alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental. Ver “ação”.

Proposta Orçamentária: No caso do Município, materializa o Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores. É o projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo, contendo a estimativa da receita e a fixação da despesa para determinado exercício financeiro. Depois de aprovada pelo Legislativo, sancionada pelo Prefeito e publicada na imprensa oficial, converte-se na lei orçamentária anual. Nos termos da Constituição, a proposta orçamentária deve observar as disposições do Plano Plurianual em vigor, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício.

Receita Corrente: Receitas que aumentam somente o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período compreendido pela lei orçamentária anual. São compostas por receitas derivadas e originárias, das quais não resulta contraprestação financeira por parte do Estado. Corrente significa transferência de recursos do setor privado para o setor público. Compreende os seguintes grupos: tributária, de contribuição, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes, outras receitas correntes.

Receita de Capital: Receitas que alteram o patrimônio duradouro do Estado. Compreende as receitas provenientes da conversão de bens e direitos em espécie, do recebimento de amortizações de empréstimos anteriormente concedidos, da contratação de empréstimos a longo prazo, de transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado para custear despesas de capital.

Receita Orçamentária: Valores constantes do orçamento, caracterizada conforme o art. 11 da Lei nº 4.320/64.

Receita Própria: As arrecadações pelas entidades públicas em razão de sua atuação econômica no mercado. Estas receitas são aplicadas pelas próprias unidades geradoras, em geral autarquias, fundações, fundos e empresas públicas.

Receita Pública: A Receita Pública pode ser vista sob diversas óticas: 1 - a entrada de recursos que, integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto como elemento novo e positivo; 2 - toda arrecadação de rendas autorizadas pela Constituição Federal, leis e títulos creditórios à Fazenda Pública; 3 - conjunto de meios financeiros que o Estado e as outras pessoas de direito público auferem, livremente e sem reflexo no seu passivo e podem dispor para custear a produção de seus serviços e executar as tarefas políticas dominantes em cada comunidade. Em sentido restrito, receitas são as entradas que se incorporam ao patrimônio como elemento novo e positivo; em sentido lato, são todas quantias recebidas pelos cofres públicos, denominando-se entradas ou ingressos. Nem todo ingresso constitui receita pública; o produto de uma operação de crédito, por exemplo, é um ingresso, mas não é receita nessa concepção porque, em /contraposição à entrada de recursos financeiros, cria uma obrigação no passivo da entidade pública; 4 - no sentido de caixa ou contabilístico, são receitas públicas todas e quaisquer entradas de fundos nos cofres do Estado, independentemente de sua origem ou fim; 5 - no sentido financeiro ou próprio, são receitas públicas apenas as entradas de fundos nos cofres do Estado que representem um aumento do seu patrimônio. Outra maneira de definir a receita pública é considerar que, para que exista uma receita pública, é necessário que a soma de dinheiro arrecadada seja efetivamente disponível, isto é, que possa, em qualquer momento, ser objeto dentro das regras políticas e jurídicas de gestão financeira, de uma alocação e cobertura de despesas públicas. 6 - de acordo com o Regulamento Geral de Contabilidade Pública, a receita pública engloba todos os créditos de qualquer natureza que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis gerais e especiais, de contratos e quaisquer títulos de que derivem direitos a favor do Estado.

Receita Tributária: Envolve os tributos na conceituação da legislação tributária: impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Receita Vinculada: Receita arrecadada com destinação específica estabelecida na Constituição Federal e demais legislações, destinada a determinado setor, órgão ou programa. Se a receita vinculada é instrumento de garantia de recursos à execução do planejamento, por outro lado, o aumento da vinculação introduz maior rigidez na programação orçamentária.

Regime de Caixa: Modalidade contábil que considera para a apuração do resultado do exercício apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

Regime de Competência: Modalidade contábil que considera os fatos contábeis ocorridos durante o exercício para fins de apuração dos seus resultados.

Regime Misto: Modalidade conceitual estabelecida pela Lei nº 4.320/64, art. 35, Título IV - Do Exercício Financeiro, que determina para a execução orçamentária, a combinação do Regime de Caixa para as receitas, ou seja, a realização dessas após o efetivo impacto nas disponibilidades financeiras e o Regime de Competência para a despesa, reconhecendo-a em momentos diferentes, quais sejam: 1- a obrigação em potencial ocorre no primeiro estágio, denominado empenho da despesa e que resulta em potencialidade passiva; 2- a obrigação real que ocorre no segundo estágio consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos hábeis que sustentam a efetiva realização da despesa correspondente (fase da liquidação).

Secretaria Municipal da Saúde

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO): Documento que a Prefeitura é obrigada a publicar no mês seguinte ao final de cada bimestre, compreendendo os Poderes Executivo e Legislativo, contendo os dados do balanço orçamentário, das receitas realizadas e por realizar, atualizadas, das despesas autorizadas, realizadas e saldos; apuração da receita corrente líquida e das receitas previdenciárias, os resultados nominal e primário; as despesas com juros da dívida pública. O relatório do último bimestre deve apresentar, ainda, dados do cumprimento do art. 167, III, da Constituição, das projeções atuariais do regime próprio de previdência social e da aplicação das receitas de alienação de ativos. (LRF, arts. 52 e 53).

Restos a Pagar: Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

Sistema Único de Saúde – SUS: Conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta, indireta e fundacional, destinados ao público em geral.

Suplementação: Aumento de recursos por crédito adicional, para reforçar as dotações que já constam na lei orçamentária.

Tributo: Receita instituída pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições de melhoria, nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira. A Constituição de 1988 colocou as contribuições sob o mesmo regime constitucional dos tributos em geral, às quais são aplicadas as normas gerais de legislação tributária e os princípios da legalidade, irretroatividade e anterioridade.

Unidade Orçamentária: Entidade da administração direta, inclusive fundo ou órgão autônomo, da administração indireta (autarquia, fundação ou empresa estatal) em cujo nome a lei orçamentária ou crédito adicional consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho. Constituem desdobramentos dos órgãos orçamentários.

Fonte Glossário (parte das definições, maio de 2018):

<http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/uploads/glossario.pdf>